



O Legislativo

Publicação Oficial da Câmara Municipal de Ubá

Ubá/MG - www.camarauba.mg.gov.br - Ano V - nº 69 - 15 de julho de 2011

Distribuição Gratuita

Impresso
Especial
9912180105/2007-DR/MG
Câmara Municipal de Ubá



LDO 2012 é aprovada na Câmara



O Projeto de Lei que contém as diretrizes para elaboração do Orçamento Geral do Município de Ubá referente ao exercício de 2012 foi aprovado por unanimidade em duas reuniões realizadas no dia 11/07

Antes de iniciar o período de recesso, os vereadores aprovaram por unanimidade, em reuniões ordinária e extraordinária realizadas no dia 11/07, o Projeto de Lei nº 021/11 que contém as diretrizes para elaboração do Orçamento Geral do Município de Ubá referente ao exercício de 2012 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A Constituição Federal não admite a rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, porque declara, expressamente, que a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (art. 57, § 2º). Ademais, a Lei Orgânica do Município de Ubá é omissa com relação ao supramencionado prazo, o que enseja a aplicação de norma constitucional estadual (Art. 68, inc. II do Ato das Disposições Transitórias).

Pág 03

Mais Legislativo

Câmara recebe Diretora do Sind-UTE de Ubá



Vereadores pedem melhorias na sinalização da cidade

Pág 02



Comissão se reúne com catadores da Reciclau

Pág 03



Vereadores recebem Laudo sobre condições de estabilidade de barranco no Bairro Santa Bernadete

Pág 04



Câmara recebe resposta da Prefeitura sobre realização do Concurso Público Municipal

Pág 06



Legislativo aprova alteração na Lei Complementar que institui normas de parcelamento do solo

Pág 06

Em atendimento à Representação nº 37/11, de autoria do vereador Dr. Valadão (PTB), a Câmara Municipal recebeu no dia 04/07, em seu plenário, a Diretora da Subsele Ubá do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/Ubá), professora Zuleika Evangelista Andrade.

A convidada expôs a visão do Sind-UTE sobre atual realidade da Educação em Ubá e em Minas Gerais: professores mal remunerados, escolas deterioradas fisicamente e recusa do governo do Estado em pagar o piso salarial nacional estabelecido em 2008 pelo governo federal. Ela afirmou que após uma greve de 47 dias em 2010, o atual governador comprometeu-se a realizar concurso público, o que não foi feito, e, além disso, quando em

campanha para a reeleição, uma de suas promessas foi o pagamento do piso salarial nacional, até hoje não cumprida. A Diretora explicou que a única reivindicação atendida foi a de abonar os dias parados, por ocasião de greves, desde que as

aulas fossem repostas. Segundo a professora Zuleika, o governo estadual tem se mostrado interessado apenas na elitização do ensino, haja vista a proliferação de escolas particulares.

Pág 05



Mesa Diretora e demais vereadores ouvem a Professora Zuleika Evangelista

Vereadores pedem melhorias na sinalização da cidade

No dia 04/07 foram apresentadas e aprovadas por unanimidade pelos vereadores quatro proposições solicitando melhorias na sinalização das ruas da cidade. O Requerimento nº 119/11, de autoria do vereador Jorge Gervásio (PV), solicitou o envio de correspondência ao Executivo para que determine ao setor competente da Prefeitura a realização de uma nova pintura na ciclovia do Bairro Industrial. Segundo o vereador, a sinalização no local já está bastante apagada.

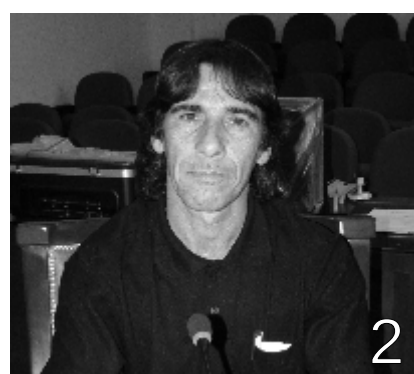
No ensejo, Jorge (1) pediu melhorias na sinalização horizontal das demais comunidades do município, como a pintura de quebra-molas e faixas, para evitar acidentes e facilitar o trânsito.



Já no Requerimento nº 122/11, também de autoria do vereador Jorge, foi solicitado à Prefeitura

que melhore a sinalização nos locais de estacionamento das motocicletas, bem como haja mais fiscalização quanto aos veículos que estacionam indevidamente, desrespeitando a sinalização.

O vereador Antero Gomes (PT), na Indicação nº 166/11, pediu ao Executivo que providencie sinalização adequada nas proximidades da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, no Bairro Meu Sonho, indicando tratar-se de área escolar e proibindo o estacionamento no local.



Antero (2) explica que há um grande fluxo de jovens, alunos da escola, no local. Na região também há muita movimentação de pedestres e veículos. Não raramente a falta de sinalização apropriada ocasiona transtornos e oferece

risco aos alunos e pedestres em geral. Quanto à proibição de estacionar próximo ao estabelecimento de ensino, o edil alegou que a medida vai facilitar o devido reconhecimento das condições propícias para uma travessia segura naquele logradouro.



Outra indicação, esta do vereador Luiz Alberto Gravina (PMDB) (3), solicitou ao Prefeito que determine a colocação de placa indicativa com o nome da Rua Maria Caneschi Bigonha, no Bairro Lourçal. Gravina explicou que a nomeação da citada rua já foi objeto de lei municipal – Lei nº 3.223/2003 –, razão pela qual faz a solicitação, atendendo pedidos dos moradores e cumprindo dispositivo legal.

Segurança Pública em pauta

Durante a reunião ordinária do dia 11/07, foram apresentadas duas representações direcionadas ao Comando da Polícia Militar local. O vereador Jorge Gervásio (PV) solicitou o retorno das atividades do posto policial do Bairro Antônio Maranhão – Cibraci. Jorge justifica a proposição dizendo que a localidade necessita de policiamento ostensivo devido à constante venda de entorpecentes por marginais. Já o vereador Paulo César Raymundo (DEM) solicitou a instalação de postos policiais nos bairros São João, São Domingos e Vila Casal, “em virtude das constantes brigas

de gangues que envolvem alguns jovens dessas comunidades”, explicou o edil.

Paulo César (foto) apresentou ainda o Requerimento nº 131/11, em que reitera solicitação de sua própria autoria feita em 2009. O vereador sugeriu ao Executivo a adesão ao Programa Olho Vivo. Segundo o vereador, tal programa conta com financiamento do Ministério da Justiça, e prevê a instalação de câmeras de qualidade digital, com rotação de 360º e alcance de cerca de 1 km, conectadas por meio de fibra ótica com o centro de operações da Polícia Militar.



Câmara Municipal de Ubá Expediente

**Mesa diretora - Biênio
2011/2012**

Presidente:

Rosângela Maria Alfenas de Andrade (PSDB)
rosangelaalfenas@camarauba.mg.gov.br

1º Vice - Presidente:

Paulo César Raymundo (DEM)
paulo.pc@camarauba.mg.gov.br

1º Secretário:

Carlos da Silva Rufato (PSDB)
carlos.rufato@camarauba.mg.gov.br

2º Secretário:

Luiz Alberto Gravina (PMDB)
lagravina@camarauba.mg.gov.br

Diretora Geral:

Maria Letícia M. Maciel
leticia.diretora@camarauba.mg.gov.br

Assessoria Jurídica:

Cristiana Janaina B. J. dos Santos
(OAB/MG 110.021)

Assessoria de Comunicação:

Martim A. C. Barbosa
(JP 10.040/MG)
martim.barbosa@camarauba.mg.gov.br

Endereço:

Rua Santa Cruz, 301
Ubá - Minas Gerais

Telefone:

(32)3539-5000 (PABX)

O Legislativo

Jornalista Responsável:

Gisele Caires Fernandes
giselecaires@camarauba.mg.gov.br
(JP 11.863/MG)

Redação, Edição e

Diagramação:
Gisele Caires Fernandes
(JP 11.863/MG)

Revisão:

Norma Sueli Pereira Nascimento
norma.legislativo@camarauba.mg.gov.br

Fotos:

Martim A. C. Barbosa

Projeto Gráfico:

Martim A. C. Barbosa

Impressão:

Ideale Empresa Gráfica Ltda. ME
(Gráfica Impacto)
CNPJ: 08.380.555/0001-18

Tiragem:

2000 exemplares
Quinzenal

E-mail:

jornalismo@camarauba.mg.gov.br

Site:

www.camarauba.mg.gov.br

Twitter:

www.twitter.com/camara_uba

Câmara pede informações sobre municipalização de trechos urbanos de rodovias estaduais

A partir de requerimento apresentado em 04/07 pelo vereador Dr. Valadão (PTB), a Câmara solicitou à 5ª Coordenadoria Regional do DER/MG em Ubá e ao Secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas informações sobre a municipalização de trechos urbanos de rodovias estaduais. Saber dos direitos e deveres do Município sobre tais trechos municipalizados também é interesse manifestado pelo Legislativo.

Em outubro passado, os vereadores aprovaram o Projeto de Lei nº 96/10, de autoria do Executivo, que o autoriza a municipalizar trechos das rodovias estaduais, no perímetro urbano do Município de Ubá. Na mensagem que encaminhou o projeto à Câmara, a Prefeitura justificou a edição da norma legal afirmando que a municipalização dos trechos urbanos de rodovias é medida que vem sendo adotada com

sucesso por algumas administrações municipais.

Após a aprovação plenária, o projeto se converteu na Lei Municipal nº 3.922, de 19 de outubro de 2010. A autorização legislativa e a sanção da Lei foram os primeiros passos no processo de municipalização, que dependeria, ainda, de ajuste com o DER-MG e de autorização da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Por isso o pedido de informações ao DER.

Com esta municipalização, a administração local pode atender com mais presteza às reivindicações de moradores e comerciantes daqueles trechos. Em muitos casos, a aplicação das normas municipais é mais adequada e o mesmo ocorre com a execução de melhorias e intervenções urbanísticas, uma vez que a norma estadual é editada de maneira uniforme para todo o Estado, não contemplando as peculiaridades de cada município.



Destaque

LDO 2012 é aprovada na Câmara

Antes de iniciar o período de recesso, os vereadores aprovaram por unanimidade, em reuniões ordinária e extraordinária realizadas no dia 11/07, o Projeto de Lei nº 021/11 que contém as diretrizes para elaboração do Orçamento Geral do Município de Ubá referente ao exercício de 2012 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A Constituição Federal não admite a rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, porque declara, expressamente, que a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (art. 57, § 2º). Ademais, a Lei Orgânica do Município de Ubá é omissa com relação ao supramencionado prazo, o que enseja a aplicação

de norma constitucional estadual, a saber: “o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado até sete meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o término do primeiro período da sessão legislativa” (Art. 68, inc. II do Ato das Disposições Transitórias).

A referida lei compreende as metas e prioridades da administração pública municipal, inclusas as despesas de capital para o exercício financeiro ao qual se refere. Também orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Os artigos que compõem o

Projeto de Lei aprovado pelos vereadores são: I – as metas e prioridades da administração pública municipal; II – a estrutura e organização dos orçamentos; II – as diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento do município; IV – as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas; V – autorização para o custeio de despesas de competência de outros entes da federação; VI – as disposições relativas à dívida pública municipal; VII – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais; VIII – disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; IX – equilíbrio entre receitas e despesas; X –

critérios e formas de limitação de empenho; XI – normas relativas ao controle de custos e avaliação de resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; XII – definição de critérios para início de novos projetos; XIII – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso. Também integram o Projeto os Anexos de Metas e de Riscos Fiscais, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Poder Executivo destacou na mensagem que encaminhou o Projeto que “diferentemente do exercício de 2009, primeiro ano da nossa gestão, a presente lei foi elaborada num momento de recuperação acentuada da economia. Em 2010 o

crescimento do PIB foi de 7%, com projeção de crescimento entre 4,5% e 5% no presente exercício e nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, conforme previsões do próprio governo federal, com forte repercussão na configuração da receita.” De acordo com os anexos da LDO, a previsão de receitas e fixação de despesas para o exercício de 2012 é de R\$ 168.090.200,00. Após parecer favorável da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas e da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, presididas respectivamente pelos vereadores Dalmo Coelho (PT) e Vinícius Samôr (PT), e considerada a aprovação por unanimidade em dupla votação, o Projeto seguiu para a sanção do Executivo.

Comissão se reúne com catadores da ReciclaU

Catadores expuseram aos parlamentares a sua situação após a desativação do “lixão”. Segundo eles, a maior dificuldade encontrada no momento está na arrecadação de materiais recicláveis.

A Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social (CESAS) da Câmara apresentou no dia 11/07 Relatório sobre reunião com 14 integrantes da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Ubá, a ReciclaU. Os vereadores Paulo César Raymundo (DEM) e Vinícius Samôr de Lacerda (PT), respectivamente presidente e membro da CESAS estiveram na sede da Associação no dia 30/06. Representados por Raymundo Severino do Carmo, Odete Rocha Geralda e Silma do Carmo, os catadores expuseram aos parlamentares a sua situação após a desativação do “lixão”.

De acordo com os catadores, a maior dificuldade encontrada no momento está na arrecadação de materiais recicláveis. O presidente da CESAS esclareceu que este problema será amenizado tão logo a sociedade passe a separar regularmente o lixo seco (reciclável) do lixo úmido (orgânico). Além da divulgação realizada pela Prefeitura quanto à necessidade de separação do lixo, o vereador Vinícius Samôr sugeriu que os próprios catadores se mobilizem

junto à sociedade, como já fizeram em campanha inicial. Outra deficiência apontada pelos catadores é a falta de equipamentos adequados para a realização do seu trabalho. Segundo eles, foi solicitada em reunião anterior realizada com o Prefeito, a aquisição de uma prensa e uma balança. O Chefe do Executivo teria se prontificado em providenciar os citados equipamentos até que os aprovados pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) sejam liberados.

Os catadores explicaram que com a prensa e a balança será possível que a Associação compre material reciclável dos catadores não cadastrados, gerando mais renda e integração entre eles. Quanto a este cadastramento, o vereador Paulo César questionou o fato de haverem pessoas que já trabalharam no antigo “lixão” e que hoje dizem não conseguir mais espaço para trabalhar. Em resposta, o catador Raimundo explicou que “29 pessoas estão cadastradas, mas apenas 21 encontram-se trabalhando conforme o aceiteamento do

Regimento Interno da ReciclaU”. A reivindicação de um bebedouro apresentada pela catadora Odete já foi atendida segundo ela. Na ocasião, também foram doados à ReciclaU uma geladeira e um fogão. A catadora Silma falou que o cartão de transporte disponibilizado pela Prefeitura está facilitando a vida deles. Segundo o catador Raimundo, também foi mencionada pelo

Prefeito a aquisição de contêineres de cores diferentes para auxiliar a população a separar o lixo seco do úmido. Tal compra será feita através de licitação.

O vereador Vinícius Samôr salientou que adaptações para tornar mais eficiente o processo de coleta já estão sendo estudadas pela Prefeitura, juntamente com a empresa responsável e os catadores.

Segundo ele, o ideal é que uma ou duas vezes por semana a coleta aconteça à noite. Ademais, Vinícius voltou a ressaltar a importância do envolvimento de todos, inclusive dos vereadores, no processo de conscientização da sociedade quanto à coleta seletiva.

Confira na página 8 desta edição do Jornal O Legislativo os dias de coleta de lixo seco em cada bairro da cidade.



Integrantes da ReciclaU discutiram com os vereadores Paulo César e Vinícius Samôr sobre a atual situação dos catadores

Notas

Recesso Parlamentar

Após duas reuniões realizadas no dia 11 de julho, quando oito projetos foram votados e aprovados, os vereadores estão, a partir do dia 17, em recesso. Conforme previsto na Lei Orgânica do Município, as atividades do Legislativo Ubaense ocorrerão, anualmente, de 02 de fevereiro a 17 de julho, e de 1º de agosto a 22 de dezembro. O recesso parlamentar não significa necessariamente férias, uma vez que no período podem ser realizadas sessões extraordinárias, em casos de urgência ou interesse público. A próxima reunião ordinária será no dia 1º de agosto, às 19 horas, no plenário da Câmara.

Asfaltamento

Através do requerimento nº 118/11, de 04/07, o vereador Dalmo Coelho (PT) reiterou parcialmente indicação de autoria do vereador Antero Gomes (PT). O edil solicitou ao Executivo que se realize o asfaltamento em todo o Bairro Antônio Maranhão – Cibraci, a pedido dos moradores. Mesma solicitação foi feita pelo vereador Jorge Gervásio (PV) em requerimento datado de 11/07, reiterando proposição anterior, do vereador Antero. Já para o Bairro Santa Bernadete, o vereador Carlos Rufato (PSDB) solicitou, em 11/07, o asfaltamento de cinco ruas. São elas: Rua Marieta Campos até a Rua Santiago; Rua Gonçalves Dias; Rua Santiago; Rua João Batista Rodrigues, entre as Rua Santa Catarina e a Avenida Mauri Martins de Oliveira; e Rua Cândido Martins de Oliveira. Na mesma data, Carlos Rufato também indicou ao Executivo a necessidade de asfaltamento de todas as ruas do Bairro Mateus Schettino, e reiterou pedido do vereador Antero Gomes para que seja asfaltada a Rua Ceará, no Bairro Industrial. Todas as proposições foram aprovadas por unanimidade nos dias 04 e 11 de julho.

Vereadores recebem Laudo sobre condições de estabilidade de barranco no Bairro Santa Bernadete

Muito se tem discutido nas reuniões da Câmara sobre os transtornos causados à população devido aos desmoronamentos de um barranco no Bairro Santa Bernadete. Os vereadores visitaram o local, ouviram moradores e estão cobrando providências urgentes do Poder Público. No final do mês de junho, após o segundo desmoronamento – o primeiro aconteceu em março – foi solicitado pelo Legislativo apoio até do Governo Estadual para sanar o problema. Com o aval da Presidente da Casa, vereadora Rosângela Alfenas (PSDB), foi solicitado verbalmente pelo vereador Dr. Valadão (PTB), em nome da Câmara Municipal, um laudo geológico-geotécnico sobre as condições de estabilidade do barranco. O documento foi

elaborado e encaminhado aos vereadores no dia 04/07 pelo Engenheiro Civil e Geotécnico, Professor Enivaldo Minette, da Universidade Federal de Viçosa, que vistoriou o local no dia 30 último. A visita técnica verificou e comprovou a existência de trincas e rachaduras nas edificações próximas ao barranco, ao longo de toda a sua extensão. De acordo com o Professor Minette, “a condição de instabilidade do maciço terroso, devido ao desconfinamento lateral, tende para uma situação futura de iminente ruptura ou escorregamento repentino, principalmente durante os períodos de chuva”. E alertou no laudo que “é urgentemente recomendada uma tomada de posição por parte do poder público municipal, através de

uma intervenção física no maciço”. Além disso, o engenheiro recomendou a remoção das edificações que estão muito próximas à crista do barranco, reduzindo o peso atuante sobre ele e permitindo a execução de intervenções para a estabilização e/ou contenção do talude. Em casos de chuvas, o Professor Minette também recomendou no laudo a evacuação das residências que se encontram na área de ação de tombamentos e escorregamentos, tanto em sua parte superior como na inferior. Cópia do laudo foi encaminhada ao Secretário de Estado de Governo, Danilo de Castro, e à Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais da Câmara, visando à tomada de providências.



O local do desmoronamento e o vereador Dr. Valadão, solicitante do Laudo



Vereador alerta sobre possível desmoronamento de mais um barranco na cidade



O autor da proposição, vereador José Roberto (PT)

Além do Bairro Santa Bernadete, mais uma região da cidade está ameaçada por desmoronamento de barranco, desta vez no Bairro Cristo Redentor. É o que alertou o vereador José Roberto Reis Filgueiras (PT) em indicação de sua autoria apresentada durante a reunião ordinária do dia 04/07. Na proposição, o vereador solicitou ao Executivo que seja

construído um muro de contenção na Rua Mantiqueira, em frente ao nº 230, no Bairro Cristo Redentor. O edil explicou que, em visita ao local, pôde constatar que não há muro de arrimo para fazer a contenção do barranco que está desmoronando. Segundo José Roberto, a situação está visivelmente

perigosa, ameaçando a segurança da população do local, que necessita urgentemente de uma vistoria do setor responsável para que haja monitoramento e obras de manutenção no barranco. Ele informou que os moradores temem um possível deslizamento de terra, principalmente na época de chuvas periódicas.



Foto: Google Imagens

A Itamar Augusto Cautiero Franco, pela honradez, simplicidade, probidade, habilidade, responsabilidade e capacidade de administrar crises, que cresceu e construiu sua vida pública na Zona da Mata Mineira, a homenagem sincera e o reconhecimento pelo muito que dignificou esta terra.

Seus exemplos permanecerão entre nós.

Vereadores da Câmara Municipal de Ubá

Câmara recebe Diretora do Sind-UTE de Ubá

Em atendimento à Representação nº 37/11, de autoria do vereador Dr. Valadão (PTB), a Câmara Municipal recebeu no dia 04/07, em seu plenário, a Diretora da Subseleção de Ubá do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/Ubá), professora Zuleika Evangelista Andrade.

A convidada expôs a visão do Sind-UTE sobre atual realidade da Educação em Ubá e em Minas Gerais: professores mal remunerados, escolas deterioradas fisicamente e recusa do governo do Estado em pagar o piso salarial nacional estabelecido em 2008 pelo governo federal. Ela afirmou que após uma greve de 47 dias em 2010, o atual governador comprometeu-se a realizar concurso público, o que não foi feito, e, além disso, quando em campanha para a reeleição, uma de suas promessas foi o pagamento do piso salarial nacional, até hoje não cumprida. A Diretora explicou que a única reivindicação atendida foi a de abonar os dias parados, por ocasião de greves, desde que as aulas fossem repostas.

Segundo a professora Zuleika, o governo estadual tem se mostrado interessado apenas na elitização do ensino, haja vista a proliferação de escolas particulares, enquanto dissemina a visão de que “o professor público não quer trabalhar”. A convidada contrargumentou que o professor quer trabalhar, mas perguntou que incentivo pode vir de um salário mais semelhante a uma esmola. Ela apresentou seu contracheque com o piso de 392 reais que, somado às vantagens – também conquistadas por meio da luta dos professores –, tais como: biênio, quinquênio, trintenário e “pó de giz”, totaliza os 760 reais de sua

aposentadoria.

A Diretora também se mostrou indignada com o atual Secretário de Estado de Governo, Danilo de Castro que, segundo ela, quando deputado, afirmou ser o salário do professor “apenas um pormenor”. Historiou a aprovação do piso nacional de 950 reais em 2008, que em valores de hoje corresponderiam a 1.597 reais. Lembrou que alguns Estados apelaram ao Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) afirmando não ter condições de pagar o piso nacional e que o governo federal se comprometeu a ajudar os Estados que não pudessem pagar integralmente o piso. “O STF deu ganho de causa aos professores e nem assim ele foi pago”, afirmou.

Esclarecendo pergunta do vereador Maurício Valadão sobre o real vencimento dos professores, a Diretora disse que em Minas Gerais a solução encontrada foi incorporar as vantagens citadas anteriormente ao piso salarial, mudando o nome de “vencimento” para “subsídio”. De acordo com a convidada, a distorção já se manifesta na denominação, uma vez que o termo “subsídio” significa “ajuda pecuniária”, e é aplicado, por exemplo, para denominar os valores recebidos por agentes políticos. “Os agentes políticos não têm uma carreira, já os professores são servidores públicos concursados com plano de carreira”, reclamou.

Além disso, segundo a representante do Sind-UTE, aumentar o piso incorporando vantagens que já eram direito dos professores foi apenas uma maquiagem e não um aumento salarial e valorização real do magistério. Ela disse que devido a esta situação os professores da rede estadual estão em greve desde o dia 8 de junho, mas



A Diretora do Sind-UTE/Ubá, Professora Zuleika Evangelista Andrade, expôs a visão do sindicato sobre atual realidade da Educação no Município e em Minas Gerais

tranquilizou os pais informando que todas as aulas serão repostas. O vereador Vinícius Samôr (PT) lamentou a falta de diálogo com o governo estadual e ressaltou que os vereadores de Ubá e da região, como legisladores municipais, deveriam dar todo o respaldo à luta dos professores. Ele sugeriu o envio de correspondência ao governo estadual solicitando que se cumpra o direito dos docentes, já garantido pela Presidência da República e pelo Supremo Tribunal Federal.

O vereador Luiz Alberto Gravina (PMDB) sugeriu que a Comissão de Educação da Câmara redija o documento ao Secretário de Estado, e que a professora Zuleika visite outras Câmaras da região solicitando adesão. Por sua vez, o vereador Dalmo Coelho (PT) ofereceu sua ajuda para buscar a adesão das Câmaras de Dores do Turvo, Senador Firmino e Divinésia Já o vereador José

Roberto Reis Filgueiras (PT) destacou a importância da Educação e manifestou seu repúdio aos gastos menos prioritários, e prestou sua solidariedade e apoio à causa dos professores.

A presidente da Câmara, vereadora Rosângela Alfenas (PSDB), ponderou que não concorda com a falta de consideração pelos professores e se posicionou dizendo que um piso de 392 reais, como a convidada afirmou receber, é inadmissível. “Como é inconstitucional para a empresa privada, o pagamento abaixo do salário mínimo também o deveria ser para o governo”, ressaltou a vereadora. Ela acredita que o governador, sendo ele também um professor, vai lutar pela valorização desses profissionais.

Por fim, relembrou sua fala em reunião anterior, quando se discutiu o mesmo assunto, sobre a falta de cobrança dos pais a seus filhos e o desrespeito dos alunos aos professores, desmotivando-os ainda mais.

Notas

Frente Parlamentar de Apoio à UEMG

Em 04/07 a Câmara de Ubá recebeu correspondência dos vereadores de Rio Pomba na qual manifestam sua disposição em participar da Frente Parlamentar de Apoio à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG.

A proposta de criação desta Frente partiu dos edis ubaenses que, em conjunto com os demais vereadores da Zona da Mata, pretendem lutar pelo acesso à educação superior gratuita para a população regional por meio de uma universidade pública, a UEMG.

O requerimento que solicitou a Frente Parlamentar explicou ser necessário o empenho político das autoridades da região perante os Poderes Legislativo e Executivo Estadual e Federal para que a Universidade se mantenha na região. A unidade da instituição em Ubá passa por várias dificuldades estruturais, principalmente quanto à necessidade de construção do Campus Universitário.

ACONTECEU NA CÂMARA

Reunião: nova legislação sobre Processo Penal

No dia 13/07 foi realizada na Câmara uma reunião para receber das autoridades locais maiores informações sobre a Lei nº 12.403/11, que altera o Código de Processo Penal em relação à prisão processual, fiança, liberdade provisória, e outras demais medidas cautelares. A nova legislação entrou em vigor no dia 05/07 e recentemente foi aplicada em estabelecimentos comerciais de Ubá. Além de autoridades do município, estiveram presentes empresários e vereadores.

Acompanhe as reuniões da Câmara Municipal de Ubá

Segundas-Feiras às 19h

Rua Santa Cruz, 301

www.camarauba.mg.gov.br

jornalismo@camarauba.mg.gov.br

@camara_uba

Câmara recebe resposta da Prefeitura sobre realização do Concurso Público Municipal

“Estima-se que até o fim do mês de julho/2011 estejam concluídas a elaboração e a revisão do conteúdo programático, que se seguirá da imediata publicação do edital”, disse o Secretário Municipal de Administração.

Em atendimento a solicitações dos vereadores Dr. Valadão (PTB) e Jorge Gervásio (PV), a Secretaria Municipal de Administração encaminhou ofício à Câmara no qual informa que as providências para a publicação do edital de concurso público para provimento de cargos na Prefeitura estão sendo

ultimadas.

Segundo o Secretário de Administração, Agenor Marques Sereno Neto, o concurso promovido pela Prefeitura será realizado pela Fundação Presidente Arthur Bernardes (Funarbe), entidade ligada à Universidade Federal de Viçosa, cujo contrato já foi assinado e publicado por extrato

no jornal “Atos Oficiais” de 09/05/2011.

O Secretário informou também que a minuta preliminar do edital já foi analisada pela Comissão de Concursos da Prefeitura, sendo necessárias algumas adaptações, visando à adequação a decisões recentemente publicadas pelo Tribunal de Contas do Estado de

Minas Gerais, relativamente a concursos de outros municípios.

A descrição sumária dos cargos (contendo o resumo das atribuições, remuneração, carga horária e órgãos de lotação) foi encaminhada à Funarbe no dia 24/06/2011 e, de posse desta descrição, a entidade está definindo, junto com os

professores da UFV que integrarão as bancas, o conteúdo programático das provas.

A previsão da Prefeitura é que “até o final deste mês de julho estejam concluídas a elaboração e a revisão do conteúdo programático, que se seguirá da imediata publicação do edital”, finalizou o Secretário Sereno.

Legislativo aprova alteração na Lei Complementar que institui normas de parcelamento do solo

Os vereadores aprovaram no dia 11/07, por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar nº 07/11 que “dá nova redação ao art. 13 da Lei Complementar Municipal 123/2010 que dispõe sobre as normas de parcelamento do solo para o Município de Ubá”.

O citado artigo previa que: “No ato de ciência da aprovação do projeto de loteamento, o interessado assinará termo de acordo, no qual se obrigará a: I – executar as obras no prazo previsto no alvará de licença; II – não outorgar qualquer escritura de venda de lotes antes de concluídas as obras mínimas exigidas por esta Lei; III – caucionar, mediante escritura pública, área de lotes cuja localização e valor comercial a juízo da Prefeitura Municipal, correspondam à época da aprovação do projeto, ao custo das obras previstas.”

Aprovada a alteração proposta pelo Executivo, o caput do artigo 13 passa a vigorar com a seguinte redação: “No ato de ciência da aprovação do projeto de loteamento, caso o empreendedor/loteador queira obter o decreto de aprovação do loteamento antes de concluídas as obras mínimas exigidas por esta Lei, o mesmo assinará termo de compromisso se obrigando a cumprir as seguintes exigências:”.

O inciso II do mesmo artigo terá a redação que segue: “II – declarar na escritura de venda de lotes que a implantação dos sistemas de rede de energia elétrica, águas pluviais, abastecimento de água, esgotamento sanitário e pavimentação é de inteira responsabilidade do outorgante vendedor”.

A título de adequação, ao artigo 15 acrescentar-se-á a ressalva:

“salvo se cumprido as exigências do art. 13 desta Lei”, passando este a ter a seguinte redação: “Concluídas as obras mínimas, o interessado requererá à Prefeitura Municipal vistoria para emissão de certificado de aceitação das obras e o decreto de aprovação do loteamento, sem o qual não poderá iniciar a escrituração dos lotes, salvo se cumprido as exigências do art. 13 desta Lei”. Assim, conforme explica a mensagem que encaminhou o Projeto, a alteração proposta possibilitará a o empreendedor/loteador a obtenção do decreto de aprovação do loteamento antes mesmo de concluídas as obras mínimas exigidas pela Lei, mediante assinatura de termo onde se obrigará a cumprir, ainda que posteriormente, tais exigências.

Já a modificação do inciso II do



As votações aconteceram no dia 11/07, com a presença de todos os vereadores

mesmo artigo 13 traz a possibilidade de outorga de escritura de venda de lotes que ainda não receberam as obras mínimas, mediante declaração, na própria escritura, de que a implantação dos sistemas que menciona a Lei ficará por conta do vendedor. “A medida

garantirá celeridade à comercialização dos imóveis provenientes do loteamento, além de tornar as transações de venda destes mais seguras e confiáveis quanto à realização das obras citadas”, finaliza o proponente da alteração.

Vereadores aprovam Lei que autoriza parcelamento de dívida do Executivo com o Ubaprev

A dívida se refere à despesa realizada pelo Instituto para pagamento de auxílio-alimentação e salário-família aos pensionistas e aposentados vinculados, que deveriam ter sido custeadas pelo Tesouro Municipal em administrações passadas.

O Projeto de Lei nº 023/11, após Substitutivo proposto pela Câmara em entendimento com a Administração Municipal, foi aprovado por unanimidade dos vereadores durante a reunião ordinária do dia 11/07.

A Lei dispõe sobre o parcelamento de débitos do

Poder Executivo Municipal junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Ubá – Ubaprev – relativamente a parcelas do auxílio-alimentação e ao salário-família pagas aos pensionistas e aposentados vinculados. Tais parcelas

referentes às competências de janeiro de 2006 a dezembro de 2010 foram custeadas pela Autarquia, sem o devido reembolso pelo Poder Executivo. Os meses do ano de 2011 já estão sendo regularizados diretamente com o Instituto.

Os valores, cujo levantamento foi realizado pela diretoria do Ubaprev, devidamente atualizados, somam em 30/06/2011 a quantia de R\$ 568.774,60. Contudo, os valores a constar no Termo de Parcelamento serão apurados na data de sua assinatura. A dívida

será parcelada em até 60 prestações mensais consecutivas.

O auxílio-alimentação tem fundamento na Lei Municipal nº 2.658/96, e o salário-família, de natureza estritamente assistencial, tem amparo no art. 39, § 3º da Constituição Federal.

Resumo da Ata nº 94, da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Ubá, realizada no dia 23 de maio de 2011, tendo na Presidência a Vereadora Rosângela Maria Alfenas de Andrade, na Vice-Presidência, AD-HOC, e na Secretaria, o Vereador Carlos da Silva Rufato. Em seguida a presidente procede com a posse do suplente de vereador, Célio Botaro, em substituição ao titular, vereador Paulo César Raymundo, que se encontra de licença. Presentes todos os Senhores Vereadores. Aprovação da Ata nº. 93 da sessão anterior. Em seguida leitura do Protocolo: leitura das correspondências recebidas. Passa-se à leitura de proposições dos srs. Vereadores: Vereador Antero Gomes de Aguiar: 1) Indicação 138/11, ao Prefeito, solicitando asfaltamento das Ruas Irmã Dulce, Ermo Bigonha e Rua dos Vicentinos, ambas do Bairro Lourical (Parte Alta), a pedido dos moradores; 2) Indicação 139/11, ao Prefeito, solicitando a implantação de Projetos de Ações Públicas e Sociais no Bairro Meu Sonho, a pedido dos moradores; 3) Indicação 140/11, ao Prefeito, solicitando a implantação de Projetos de Ações Públicas e Sociais no Bairro Pires da Luz, a pedido dos moradores; 4) Indicação 141/11, ao Prefeito, solicitando asfaltamento da Rua Afonso Ivo de Felipe, Bairro Alto Santa Cruz, a pedido dos moradores. Vereador Carlos da Silva Rufato: 1) Indicação 142/11, ao Prefeito, solicitando-lhe, interceder junto à Energisa, visando a colocação de dois postes com iluminação pública no final da Rua Sônia Marcos Badaró, Bairro Olaria; 2) Requerimento 079/11, ao Prefeito, sugerindo-lhe isentar a cobrança de taxas de estacionamento nas proximidades do Velório Municipal, futuramente; 3) Representação 029/11, ao Gerente Distrital da Copasa/MG, solicitando a instalação de redes de água para atender os moradores da Rua Sônia Marcos Badaró, Bairro Olaria; 4) Representação 030/11, ao Secretário de Governo do Estado de Minas Gerais, solicitando-lhe, interceder junto ao DER/MG, visando à reformulação do trevo de acesso a Guidoval e Rodeiro, no perímetro urbano desta cidade, no intuito de propiciar retorno para veículos. Vereador Dalmo José Coelho: 1) Requerimento 080/11, ao Prefeito, solicitando o concerto da Ponte Leopoldo, nas proximidades do Aeroporto, reiterando as Indicações 007 e 022/11. Vereador Jorge Custódio Gervásio: 1) Indicação 143/11, ao Prefeito, solicitando a capina da Rua Tereza Casa Grande, Bairro Concórdia, a pedido dos moradores; 2) Indicação 144/11, ao Prefeito, solicitando asfaltamento da Rua Tereza Casa Grande, Bairro Concórdia, a pedido dos moradores; 3) Indicação 145/11, aos moradores do Bairro Nossa Senhora de Fátima, para dar-lhes ciência da Lei Municipal 3.905, de 25 de agosto de 2010; 4) Representação 031/11, ao Detran/Mg, para que este órgão informe a esta Casa de Leis, os valores repassados à Prefeitura Municipal de Ubá, referentes às multas de trânsito aplicadas neste município; 5) Representação 032/11, à Empresa Viação Ubá Transportes Ltda, solicitando o atendimento do serviço público de Transporte de Passageiros, ao Bairro Concórdia, carente deste serviço; 6) Representação 033/11, às diversas entidades do município, sugerindo-lhes, cortejar o apoio de pessoas interessadas dentro da população, visando a doação de um real de cada família, a ser cobrado nas contas de energia elétrica ou outra, para custear a construção e consequente manutenção de uma clínica para dependentes químicos no município. 7) Projeto de Lei 022/11, que “Dispõe sobre a Concessão da Comenda Ary Barroso, ao Empresário Antônio Célio Pinto”. Vereador Luiz Alberto Gravina: 1) Indicação 146/11, ao Prefeito, indicando-lhe a necessidade de abrir novos processos licitatórios, visando construir novas academias ao ar livre, nos Bairros de Ubá; 2) Moção de Pesar 029/11, pelo falecimento do Senhor Êtore Seno Marques. Vereador Maurício Valadão Reimão de Melo: 1) Requerimento 081/11, ao Prefeito, solicitando cópia do

relatório de licenciamento ambiental, referente às obras de pavimentação do prolongamento da Avenida Beira Rio, próximo à Avenida dos Ex-Combatentes; 2) Requerimento 082/11, ao Prefeito, solicitando esclarecimentos sobre o traçado da Rua Silvério Lima, Bairro Bela Vista; 3) Requerimento 083/11, ao Prefeito, solicitando esclarecimentos sobre as matérias divulgadas nos últimos números do Jornal Gazeta, referentes às Denúncias contra o Procurador Jurídico da Prefeitura Municipal. Vereador Vinícius Samôr de Lacerda: 1) Indicação 147/11, ao Prefeito, solicitando-lhe, que remeta a esta Casa de Leis, um projeto para a criação do Conselho Municipal Antidrogas, que segue em anexo (também assina o Vereador José Roberto Reis Filgueiras); 2) Representação 034/11, às Associações de Moradores dos Bairros Pires da Luz, Cohab e Fazendinha, informando da seleção do Município de Ubá, para receber a construção de uma praça dos esportes e da cultura pelo governo federal, através das obras do PAC 2. Proposição Englobada– Vereadores: Luiz Alberto Gravina e Rosângela Maria Alfenas de Andrade: Moção de Pesar 030/11, pelo falecimento do Senhor João Batista Rodrigues Júnior. Ordem do Dia: Primeira discussão e votação das seguintes matérias: 1) Projeto de Lei nº 016/11 que “autoriza o município a conceder o uso de bem público à Associação Maria do Carmo, desta cidade, e contém outras disposições”. Foi pedido vista ao Projeto de Lei e solicitado um parecer do IBAM. 2) Projeto de Lei nº 017/11 que “Institui a nota fiscal de serviços eletrônica e o recibo provisório de prestação e serviços no Município de Ubá e dá outras providências”. O Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade (9 votos). 3) Projeto de Lei nº 018/11 que “Declara de Utilidade Pública Municipal, a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Residencial São Judas Tadeu, com sede nesta cidade”. O Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade (9 votos). 4) Projeto de Lei nº 019/11 que “Revoga o art. 2º da Lei Municipal 3.700/08, que fixa os subsídios dos vereadores do Município de Ubá, Minas Gerais, para a legislatura de 2009 a 2012, e dá outras providências”. O Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade (9 votos). 5) Projeto de Lei Complementar nº 06/11 que “Acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 030, de 11 de julho de 1995”. O Projeto de Lei foi sobrestado pela mesa devido a um erro técnico em sua redação. Todas as proposições foram aprovadas por unanimidade (9 votos). Leitura da Ordem do Dia da próxima Reunião Ordinária. A Srª. Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada esta sessão. **Resumo da Ata nº 95, da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Ubá, realizada no dia 30 de maio de 2011.** Presentes todos os Senhores Vereadores. Aprovação da Ata nº. 94 da sessão anterior. Em seguida leitura do Protocolo: leitura das correspondências recebidas. Passa-se à leitura dos pareceres: Leitura do Projeto de Lei que “autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a assinar Termo de Amortização de Dívida no valor de R\$311.687,00 com o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais e dá outras providências”. O Projeto de Lei recebeu parecer favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Passa-se à leitura de proposições dos srs. Vereadores: Vereador Antero Gomes de Aguiar: 1) Indicação 148/11, ao Prefeito, solicitando recapeamento do asfalto da Rua Geraldo Campos, Bairro São Domingos, a pedido dos moradores; 2) Indicação 149/11, ao Prefeito, solicitando recapeamento do asfalto da Rua Santo Anastácio, Bairro São Domingos, a pedido dos moradores; 3) Moção de Congratulações e Aplausos 031/11, ao Assessor Técnico III, Senhor Sebastião Carlos Viana, pelos brilhantes serviços prestados no município, em especial à Comunidade “Córrego dos Mendes”. Vereador Carlos da Silva Rufato: 1) Indicação 150/11, ao Prefeito, solicitando-lhe interceder junto ao DER,

visando à colocação de redutores de velocidade na Avenida Luiz Parma, nas proximidades da Tcil Móveis e Posto Zema; 2) Representação 035/11, ao Secretário de Governo de Estado, solicitando informações ante à previsão para a construção da Quadra Poliesportiva da Escola Estadual Carlos Peixoto Filho (Polivalente). Vereador Jorge Custódio Gervásio: 1) Requerimento 084/11, ao Prefeito, solicitando calçamento da Rua Paschoalino Bianchi, Bairro Nossa Senhora de Fátima (Morro do Biscotto), reiterando os Requerimentos 030/09 e 312/09. 2) Requerimento 085/11, ao Prefeito, solicitando informações sobre o exercício da função do atual Vice-Prefeito. Vereador José Roberto Reis Filgueiras: 1) Indicação 151/11, ao Prefeito, solicitando a colocação de uma faixa de pedestres em alto relevo em frente ao número 337 da Avenida Antenor Machado, Centro. Vereador Luiz Alberto Gravina: 1) Indicação 086/11, ao Prefeito, solicitando o devido calçamento de todas as ruas do Bairro Santa Rosa, incluindo a avenida principal que liga o Bairro Pires da Luz ao mesmo, bem como a construção de redes de esgoto e de captação de águas no referido Bairro, reiterando os Requerimentos 002/09 e 004/09, e parcialmente o Requerimento 057/09. Vereador Maurício Valadão Reimão de Melo: 1) Requerimento 087/11, ao Prefeito, solicitando cópia do contrato com a empresa responsável pela coleta de lixo no município, bem como informações referentes às licitações para esta finalidade. 2) Representação 036/11, à Diretora da 38ª Superintendência Regional de Ensino, bem como ao Secretário Municipal de Educação, convidando-os a comparecerem à Câmara Municipal de Ubá. Vereadora Rosângela Maria Alfenas de Andrade: 1) Moção de Congratulações e Aplausos 032/11, ao mesatenista Carlos Eduardo Baeta Pereira Rocha, pela conquista de diversos títulos em torneios de Tênis de Mesa, em Ubá e Região. Proposição Englobada – vários vereadores – assinaturas colhidas na Reunião Ordinária: Indicação 152/11, ao Prefeito, solicitando urgentes providências visando à reforma do calçamento, da rede de esgoto, dos bueiros bem como a realização de capina geral, colocação de tambores para coleta seletiva de lixos junto à Rua Farmacêutico Mário Azevedo, Bairro Jardim Glória, a pedido dos moradores. Passa-se a Ordem do Dia: Primeira discussão e votação das seguintes matérias: 1) Projeto de Lei nº 017/11 que “Autoriza o Município a conceder o uso de bem público à Associação Maria do Carmo, desta cidade, e contém outras disposições.” O Projeto de Lei foi sobrestado até a próxima reunião. 2) Projeto de Lei Complementar nº006/11 que “Acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 030, de 11 de julho de 1995.” O Projeto de Lei Complementar foi sobrestado. Em discussão, foi feita a leitura de uma emenda proposta por todos os vereadores ao projeto. A emenda foi aprovada por unanimidade (9 votos). O Projeto de Lei Complementar nº006/11 foi aprovado por unanimidade (9 votos). Discussão e votação final das seguintes matérias: 1) Projeto de Lei nº 017/11 que “Institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e o Recibo Provisório de Prestação e Serviços no Município de Ubá e dá outras providências”. O Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade (9 votos). 2) Projeto de Lei nº 018/11 que “Declara de Utilidade Pública Municipal, a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Residencial São Judas Tadeu, com sede nesta cidade”. O Projeto foi aprovado por unanimidade (9 votos). 3) Projeto de Lei nº 019/11 que “Revoga o art. 2º da Lei Municipal 3.700/08, que fixa os subsídios dos Vereadores do Município de Ubá, Minas Gerais, para a legislatura de 2009 a 2012, e dá outras providências”. O Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade (9 votos). Com exceção do Requerimento 085/11 que foi rejeitado por 7 votos contrários e 2 favoráveis, as demais proposições foram aprovadas por unanimidade (9 votos). Leitura da Ordem

do Dia da próxima Reunião Ordinária. A Srª. Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada esta sessão. **Resumo da Ata nº 96, da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Ubá, realizada no dia 06 de junho de 2011.** Presentes todos os Senhores Vereadores. Aprovação da Ata nº 95 da sessão anterior. Em seguida leitura do Protocolo: leitura das correspondências recebidas. Passa-se à leitura de proposições dos srs. Vereadores: Vereador Antero Gomes de Aguiar: 1) Indicação 153/11, ao Prefeito, solicitando uma faixa para a travessia de pedestres na Avenida Comendador Jacinto Soares de Souza Lima, em frente à loja Paropas, a pedido dos transeuntes; 2) Requerimento 088/11; ao Prefeito, solicitando uma faixa para a travessia de pedestres em frente ao escadão da Rua do Divino, reiterando a Indicação 099/2011. Vereador Carlos da Silva Rufato: 1) Moção de Congratulações e Aplausos 033/11, ao casal Sebastião e Arlete, pelo transcurso de 48 anos de um belo convívio conjugal; 2) Moção de Pesar 034/11, pelo falecimento do Senhor Alfredo Luiz de Viveiros, ocorrido recentemente. Vereador Dalmo José Coelho: 1) Requerimento 090/11, ao Prefeito, solicitando a criação da Guarda Municipal, através dos mecanismos legais competentes, reiterando o Requerimento 029/2009. Vereador Jorge Custódio Gervásio: 1) Indicação 154/11, ao Prefeito, solicitando a colocação de lixeiras na Avenida Amadeu José Schiavon, Bairro Schiavon, a pedido dos moradores; 2) Requerimento 091/11, ao Prefeito, bem como ao Chefe da Divisão de Trânsito, solicitando estudos técnicos visando o envio a esta Casa, de Projeto com a finalidade de impedir a circulação de caminhões pesados no centro do município após as 10 horas da manhã. Vereador José Roberto Reis Filgueiras: 1) Projeto de Resolução 001/11, que “Cria o Programa Câmara Cidadã no Município de Ubá”. Vereador Luiz Alberto Gravina: 1) Moção de Congratulações e Aplausos 035/11, ao Repórter José Augusto David (Thurú David), pela história de vida e pelos relevantes serviços prestados em nossa cidade. Vereador Maurício Valadão Reimão de Melo: 1) Representação 037/11, aos profissionais da Educação do Município, convidando-os a comparecerem a uma reunião ordinária na Câmara Municipal para tratar de problemas existentes nesta área. 2) Representação 038/11, às Lideranças Comunitárias da Colônia Padre Damião, convidando-as a comparecerem a esta Casa de Leis para tratarem de assuntos relevantes, de interesse da população. Vereadora Rosângela Maria Alfenas de Andrade: 1) Indicação 155/11, ao Prefeito, solicitando serviços de limpeza das Ruas do Bairro Cidade Jardim, principalmente da Avenida das Orquídeas; 2) Indicação 156/11, ao Prefeito, solicitando a instalação de redes de captação de águas pluviais na Rua Desidério Zanelli, bem como a construção de passeio público para este logradouro; 3) Indicação 157/11, ao Prefeito, solicitando a realização de uma “Operação Tapa Buracos” na Rua Frei Cornélio, Bairro Laurindo de Castro; 4) Requerimento 092/11, ao Prefeito, solicitando informações, ante às providências tomadas pelos órgãos de fiscalização ambiental no Município, solicitadas na Indicação nº 166 visando regularizar o transporte do cascalho na estrada que liga o Distrito de Miragaia à sede do Município. Ordem do Dia: Primeira discussão e votação das seguintes matérias: 1) Projeto de Lei nº 016/11 que “Autoriza o Município a conceder o uso de bem público à Associação Maria do Carmo, desta cidade, e contém outras disposições”. O Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade (9 votos). 2) Projeto de Lei nº 023/11 que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal, a assinar Termo de Amortização de Dívida no valor de R\$ 311.687,00, com o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais e dá outras providências”. Foi pedido vista ao Projeto de Lei. Discussão e votação

final da seguinte matéria: Projeto de Lei Complementar nº 06/11 que “Acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 030, de 11 de julho de 1995”. O Projeto de Lei Complementar foi aprovado por unanimidade (9 votos). Todas as proposições foram aprovadas por unanimidade (9 votos). Leitura da Ordem do Dia da próxima Reunião Ordinária. A Srª. Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada esta sessão. **Resumo da Ata nº 97, da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Ubá, realizada no dia 13 de junho de 2011.** Presentes todos os Senhores Vereadores. Aprovação da Ata nº 96 da sessão anterior. Em seguida leitura do Protocolo: leitura das correspondências recebidas. Passa-se à leitura de proposições dos srs. Vereadores: Vereador Antero Gomes de Aguiar: 1) Indicação 158/11, ao Prefeito, solicitando a construção de um quebra-molas em frente ao número 345 da Rua Tenente Pedro Batalha, Centro, a pedido dos moradores; 2) Indicação 159/11, ao Prefeito, solicitando recapeamento asfáltico da Rua José Galdino de Oliveira, Bairro São Domingos, a pedido dos moradores; 3) Indicação 160/11, ao Prefeito, solicitando recapeamento asfáltico da Rua Francisco Maia Neves, Bairro São Domingos, a pedido dos moradores; 4) Moção de Congratulações e Aplausos 036/11, aos Senhores Aldeir Ferraz, Marcos Rodrigues Barreto e João Vaz da Rocha, Coordenadores da Defesa Civil, pelos brilhantes serviços prestados em nosso município; 5) Moção de Congratulações e Aplausos 037/11, ao Assessor Legislativo II, da Câmara Municipal de Ubá, pelo transcurso de seu natalício no dia 13 de junho de 2011. Vereador Carlos da Silva Rufato: 1) Moção de Pesar 038/11, pelo falecimento da Senhora Darlene Jorvani de Souza Araújo Porto. Vereador Jorge Custódio Gervásio: 1) Indicação 161/11, ao Prefeito, solicitando o concerto da rede de esgotos que se encontra estourada, no final da Rua Eliza de Fátima Araújo, Bairro Palmeiras, a pedido de todos os moradores; 2) Requerimento 093/11, ao Prefeito, solicitando a construção de uma quadra poliesportiva no Bairro São João, a pedido dos moradores; 3) Requerimento 094/11, ao Prefeito, solicitando a devida reforma do escadão do Bairro São João, com a colocação de corrimãos e outras melhorias, a pedido dos moradores, reiterando a Indicação 123/09. Vereador Maurício Valadão Reimão de Melo: 1) Requerimento 095/11, ao Prefeito bem como ao Secretário de Saúde, solicitando medidas urgentes para socorrer o Distrito de Diamante; 2) Requerimento 096/11, ao Prefeito, solicitando providências ante ao trânsito existente na Rua Major Carneiro, Bairro Lavapés, por solicitação de uma moradora; 3) Requerimento 097/11, ao Prefeito, solicitando providências ante ao trânsito da Praça Newton Carneiro, próximo ao Hospital Santa Isabel, bem como providências ante ao trânsito perigoso da Rua Frei Cornélio, por solicitação de uma moradora. Vereador Vinícius Samôr de Lacerda: 1) Indicação 162/11, ao Prefeito, Divisão de Esporte e Secretaria de Educação, sugerindo a criação do Projeto “Bom de Bola, Bom de Escola”, que refere; 2) Representação 039/11, às Indústrias do Pólo Moveleiro de Ubá, informando-as da prorrogação do prazo para apresentação de projetos para a Lei Federal de Incentivo ao Esporte. Proposição Englobada: Vereadores Carlos da Silva Rufato e Rosângela Alfenas 1) Moção de Congratulações e Aplausos à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, na Pessoa do Comandante do 21º BPMMG, pelo transcurso de 326 anos de sua criação. Ordem do Dia: Primeira discussão e votação da seguinte matéria: 1) Projeto de Lei nº 023/11 que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal, a assinar Termo de Amortização de Dívida no valor de R\$ 311.687,00, com o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais e dá outras providências”. A presente matéria encontra-se com vista. Todas as proposições foram aprovadas por unanimidade (9 votos). A Srª. Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada esta sessão.

SEPARE O LIXO SECO PARA A COLETA SELETIVA.



LIXO SECO

Plásticos, metais, papéis, vidros, etc.



LIXO ORGÂNICO

Restos de comida, cascas de frutas, papel higiênico, fraldas descartáveis, etc.

DIAS DA COLETA DE LIXO SECO EM CADA SETOR.

Setor 1 - Todos os dias:

o caminhão de coleta do Lixo Seco passará no Centro e nos bairros Laurindo de Castro, Lava Pés e San Rafael I (local do Galpão da Unidade de Triagem).

Setor 3 - Terça-feira:

Jardim Glória, Rua José Rodrigues de Andrade (Principal do São Sebastião), Bombeiro, Rodovia Ubá/Visc. Rio Branco, Waldemar de Castro, Nova Olinda, Lourical, Xangrilá, Rua Otaviano da Rocha (principal do São Domingos), Eldorado, Rua Major Tito César (Principal do Bom Pastor) e Rua São João Groppo (principal do Inês Groppo).

Setor 5 - Quinta-feira:

Dico Teixeira, Seminário, Santa Luzia, Santa Alice, Chiquito Gazola, Ozéas Maranhão, Cibraci, Universitário, Antônia Coelho, Cohab, Rosa de Toledo, Antônia Bigonha e Pires da Luz.

Setor 2 - Segunda-feira:

Derminas, Santa Cruz, Bela Vista, Peluso, Agostinho Amato, Talma, Noêmia Batalha, Vitória, Cristo Redentor, Jardim Alves do Vale, Mangueira Clube, fábricas do Acesso do Mangueiras até Vila Casal, Rua Marechal Floriano Peixoto (Principal da Vila Casal) e Patronato.

Setor 4 - Quarta-feira:

Rodovia Ubá/Tocantins (Fábricas), Vila Flanel, Horto Florestal, San Rafael II, Vale do Ipê, Serra Verde, Cidade Jardim, Pedro Miquelito, Habitat I e Santana.

Setor 6 - Sexta-feira:

Copacabana, Boa Vista, Francisco Parma, Santa Bernadete, Industrial, Schetino, Rua José Augusto Marcos (Principal da Ponte Preta até o Campo de Aviação), Fábricas.